

**Ações Afirmativas para Estudantes com Deficiência na Pós-Graduação:
Revisão Sistemática da Literatura em artigos científicos**

*Affirmative Actions for Students with Disabilities in Graduate Programs:
A Systematic Review of the Literature in Scientific Articles*

*Acciones Afirmativas para Estudiantes con Discapacidad en Programas de Posgrado:
Revisión Sistemática de la Literatura en Artículos Científicos*

Rosângela Lopes Borges¹
Universidade Federal da Grande Dourados

Aline Maira da Silva²
Universidade Federal da Grande Dourados

Resumo: Este estudo teve como objetivo investigar a inclusão de estudantes com deficiência em programas de pós-graduação no Brasil, focando nas práticas de ações afirmativas e suas implicações. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura realizada no Periódicos CAPES, na SciELO e no Connected Papers, onde foram selecionados 11 artigos para compor a amostra analisada. Os principais resultados indicaram que, embora haja um crescimento na inclusão de estudantes com deficiência, a efetividade dessas ações varia significativamente entre as instituições, com desafios como a falta de recursos e barreiras atitudinais. Concluiu-se a importância da implementação de políticas mais abrangentes e específicas para garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes.

Palavras-chave: Acesso; Permanência; Mestrado; Doutorado; *Stricto Sensu*.

Abstract: This study aimed to investigate the inclusion of students with disabilities in graduate programs in Brazil, focusing on affirmative action practices and their implications. It is a systematic literature review conducted on Periódicos CAPES, SciELO, and Connected Papers, where 11 articles were selected to compose the analyzed sample. The main results indicated that, although there is an increase in the inclusion of students with disabilities, the effectiveness of these actions varies significantly among institutions, with challenges such as a lack of resources and attitudinal barriers. It was concluded that there is an importance in implementing broader and more specific policies to ensure the retention and academic success of these students.

Keywords: Access; Retention; Master's; Doctorate; *Stricto Sensu*.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo investigar la inclusión de estudiantes con discapacidad en programas de posgrado en Brasil, enfocándose en prácticas de acciones afirmativas y sus implicaciones. Se trata de una revisión sistemática de la literatura realizada en Periódicos CAPES, SciELO y Connected Papers, donde fueron seleccionados 11 artículos para componer la muestra analizada. Los principales resultados indicaron

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, (MS), Brasil. E-mail: rosangelalopes@atca.com.br; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1656384813778203>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8422-0075>.

² Professora Associada. Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, Mato Grosso do Sul, (MS), Brasil. E-mail: alinesilva@ufgd.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0119179612439892>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8439-0477>.

que, aunque haya un aumento en la inclusión de estudiantes con discapacidad, la efectividad de estas acciones varía significativamente entre las instituciones, con desafíos como la falta de recursos y barreras actitudinales. Se concluyó la importancia de implementar políticas más amplias y específicas para asegurar la permanencia y el éxito académico de estos estudiantes.

Palabras clave: Acceso; Permanencia; Maestría; Doctorado; Stricto Sensu.

Recebido em: 26 de julho de 2024

Aceito em: 03 de janeiro de 2025

Introdução

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), ainda em meados do ano 2000, já estabelecia diretrizes para assegurar o acesso e a permanência de estudantes com deficiência em todos os níveis de ensino. Entretanto, apenas em 2012, foi implementada a Lei nº 12.711/12 que prevê o ingresso em universidades federais e instituições federais por cotas. Quatro anos depois esta lei foi complementada pela Lei nº 13.409/16 dispondo sobre reserva de vagas para pessoas com deficiência. Recentemente, em 2023, aprovou-se outro complemento, a Lei nº 14.723/23 que prevê em seu Artigo 7º-B que as instituições federais de ensino superior “[...] promoverão políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação stricto sensu” (Brasil, 2023, grifo nosso).

Como podemos ver, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, particularmente na pós-graduação, é garantida por leis e políticas públicas que visam promover a acessibilidade e a igualdade de oportunidades. No entanto, a implementação prática dessas políticas enfrenta diversos desafios. Conforme Souza (2020), o direito à educação das pessoas com deficiência é amplamente reconhecido, mas a efetivação desse direito, especialmente na pós-graduação, ainda é limitada por falta de políticas institucionais abrangentes e recursos adequados.

O interesse em pesquisar esse fenômeno é justificado pela ampliação do debate contemporâneo sobre a inclusão de estudantes com deficiência na pós-graduação e pela ocorrência de mudanças na legislação brasileira estabelecendo os direitos dessa minoria sobre o acesso e a permanência nos mestrados e doutorados, no Brasil. Além disso, por se tratar de uma temática recente, há ainda escassez na literatura sobre o assunto, merecendo, portanto, nossa atenção.

Temos como objetivos analisar os artigos científicos que discutem sobre a inclusão de estudantes com deficiência na Pós-Graduação. Estabelecemos a seguinte questão problema: O que os artigos encontrados discorrem a respeito do ingresso e permanência de pessoas com deficiência nos mestrados e doutorados?

Procedimentos Metodológicos

A revisão de literatura é, segundo Costa e Zoltowski (2014), um método que permite potencializar, ampliar e organizar buscas de textos acadêmicos. Seu resultado não pode ser apresentado em uma simples relação cronológica ou uma exposição descritiva da temática ou dos textos lidos. Deve-se constituir em um trabalho crítico-reflexivo do material analisado.

Para realizar esse tipo de pesquisa, deve-se, de acordo com Costa e Zoltowski (2014), estabelecer um problema de pesquisa claro e um objetivo a ser alcançado. Depois, sugerem que sejam seguidos os seguintes passos: a) escolha dos tipos de textos e das plataformas de busca; b) eleição das palavras-chave ou descritores; c) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; d) varredura e armazenamento dos resultados; e) seleção dos textos pelo resumo; f) leitura aprofundada e extração dos dados dos textos selecionados; g) síntese e análise criteriosa acerca da qualidade da literatura selecionada.

Seguindo os passos sugeridos por Costa e Zoltowski (2014), estabelecemos três plataformas de busca: o Periódicos CAPES, a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Connected Papers. Estabelecemos como descritor de busca “ações afirmativas” AND “programas de pós-graduação” e não aplicamos nenhum recorte temporal devido ao baixo número de textos encontrados.

Estabelecemos como critérios de inclusão artigos científicos publicados em revistas brasileiras; ter como ambiente de pesquisa Programas de Pós-Graduação (mestrado e/ou doutorado) no Brasil; tratar de ações afirmativas realizadas em mestrados e/ou doutorados; envolver pessoas com deficiência nos dados coletados. Como critério de exclusão estabelecemos eliminar: pesquisas relacionadas a outras etapas, modalidades ou níveis de ensino; que não trazia dados sobre pessoas com deficiência, bem como excluir pesquisas bibliográficas e/ou revisões de literatura.

As varreduras foram fichadas individualmente em cada plataforma e só depois unidas. Nos documentos de “Pré-Seleção Connected Papers; SciELO; CAPES” foi elaborado inicialmente um quadro e nele anotávamos o título de cada um dos textos, o motivo da exclusão feita pela leitura do título e do resumo. Aqueles que aparentemente se enquadrariam nos

critérios estabelecidos foram salvos seus links. Posteriormente, acessamos o link dos pré-selecionados e fizemos a leitura completa dos textos, eliminando assim mais alguns que não se enquadraram nos critérios estabelecidos. Fizemos, então, a seleção final e elaboração da “Tabela Geral”, analisando-os como apresentado posteriormente.

Lançamos mão da Análise Temática ou Eixos Temáticos como metodologia de análise dos dados coletados. Originalmente desenvolvida no contexto da Psicologia é uma forma de tratamento do discurso e do texto na área da Educação, sem a necessidade de embasamento prévio. Esse tipo de análise de dados se concentra na identificação e descrição de ideias implícitas e explícitas, por meio de comparações das frequências, semelhanças e distinções do texto (oral ou escrito) analisado (Alhojailan, 2012).

Resultados e Discussão

Foram localizados, no total, sem nenhum tipo de filtro ou recorte: 45 artigos no Periódico da CAPES, 17 no Scientific Electronic Library Online (SciELO) e 78 no Connected Papers, totalizando 140 textos. Exluímos 18 por estarem repetidos, restando, portanto, 122 textos nas três plataformas.

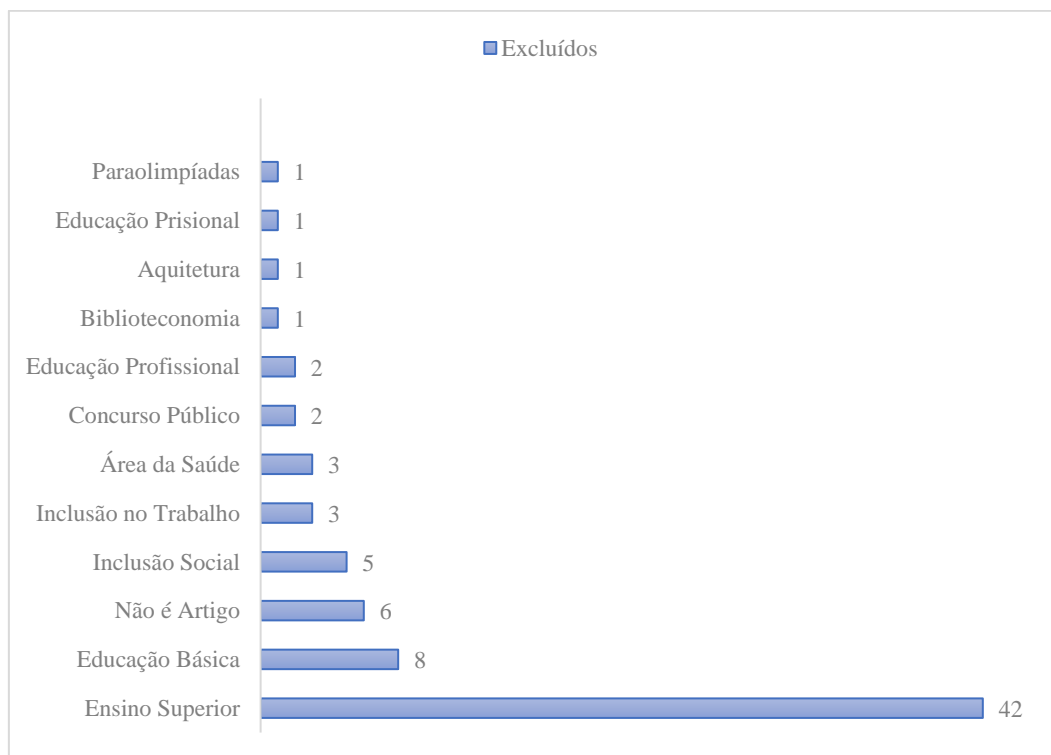
Desse total, 75 foram excluídos por não se tratar de pós-graduação. Elaboramos o Gráfico 1 que pontua os motivos da exclusão. A maioria (42) tratava de ações afirmativas, cotas ou ingresso e permanência no Ensino Superior, em nível de graduação. Seis foram excluídos por não se tratar de artigos, sendo ensaio (2), resumo (1), entrevista (1), dossiê (2). Outros 11 tratavam de outras modalidades da educação como educação básica (8), educação profissional (2) e educação prisional (1). Havia também 16 com temáticas distintas como aqueles que falavam de inclusão social (5), inclusão no mercado de trabalho (3), da área da saúde (3), cotas em concurso público (2), biblioteconomia (1), Arquitetura (1) e paraolimpíadas (1).

Esse achado pode ser interpretado de diversas maneiras e levanta algumas reflexões críticas. Primeiramente, a predominância de textos na área de Ensino Superior sugere uma concentração de estudos e discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência neste nível de ensino. Isso pode refletir tanto uma preocupação crescente com a acessibilidade e a inclusão nessa modalidade quanto uma possível lacuna na investigação sobre a presença e os desafios das pessoas com deficiência na pós-graduação.

Esses textos indicam uma conscientização sobre a necessidade de inclusão desde os primeiros níveis de educação, bem como a importância de preparar as pessoas com deficiência para o mercado de trabalho e para uma participação plena na sociedade. Já os textos sobre

concursos públicos e educação prisional levantam questões sobre a inclusão em contextos específicos e frequentemente marginalizados. A dispersão dos textos por diversas temáticas além da pós-graduação pode revelar tanto a amplitude do debate sobre inclusão quanto às áreas que necessitam de maior atenção e desenvolvimento.

Gráfico 1 - Amostra dos 75 textos que foram excluídos por não terem como temática a pós-graduação.

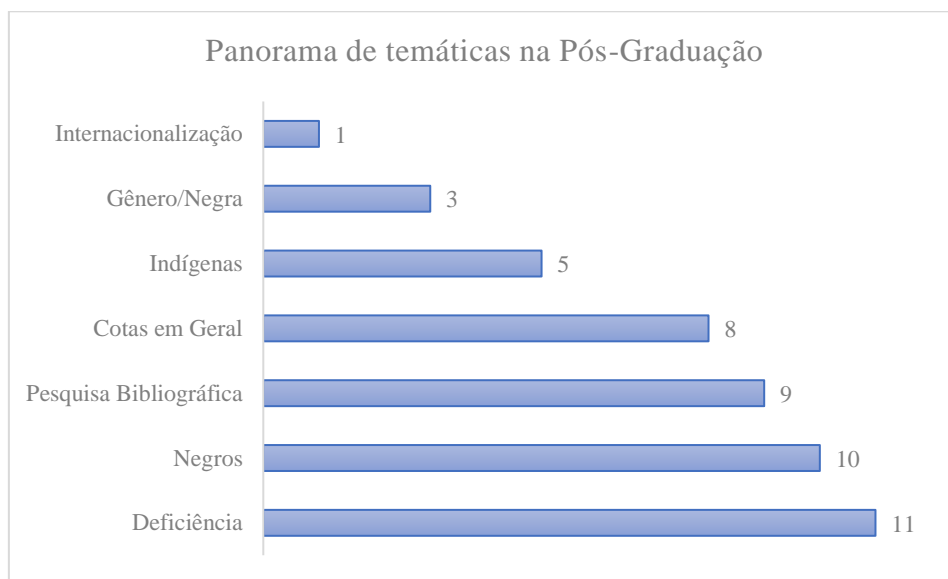


Fonte: Organizado pelas Autoras (2024), com base na Revisão Sistemática da Literatura.

Restaram, portanto, 47 textos que tinham como foco a pós-graduação. Dentro dessa modalidade de ensino, com o uso da palavra-chave “ações afirmativas” várias temáticas nos foram apresentadas. Foram localizados 11 artigos (6 no CAPES, 4 no Connected Papers e 1 na SciELO) que tratavam, em algum momento do texto, sobre o ingresso e a permanência de pessoas com deficiência na pós-graduação. Esses serão analisados detalhadamente mais à frente.

Ao investigar textos focados nas ações afirmativas na pós-graduação, a descoberta de trabalhos abordando outras áreas e temáticas, conforme ilustrado no Gráfico 2, traz à tona reflexões importantes sobre a diversidade e a interseccionalidade das questões educacionais e sociais. A presença significativa de textos sobre "deficiência" (11 textos) dentro do panorama da pós-graduação evidencia a relevância e a crescente atenção dada a essa questão.

Gráfico 2 - Índice dos tipos e temas de artigos, em relação à pós-graduação no Brasil.



Fonte: Organizado pelas Autoras (2024), com base na Revisão Sistemática da Literatura.

No entanto, a coexistência de temas como "Negros" (10 textos), "Cotas em Geral" (8 textos), "Indígenas" (5 textos), "Gênero/Negra" (3 textos) sugere que as discussões sobre inclusão na pós-graduação não podem ser vistas de forma isolada e que se somadas se concentram mais em questões étnico-raciais (25) do que com deficiências (11). E a presença de "Pesquisa Bibliográfica" (9 textos) e "Internacionalização" (1 texto) aponta para a complexidade do campo de estudo, abrangência e diversidade da própria temática.

Então, apresentado esse panorama dos 122 artigos localizados nas duas plataformas, apenas 11 deles discutem algum tipo de questão a respeito das pessoas com deficiência. Esses serão foco de nossa investigação. Apresentamos no Quadro 1 artigos de 2011 (1), 2016 (1), 2019 (2), 2020 (1), 2021 (1), 2022 (4), 2024 (1), notando assim um acréscimo em pesquisas que envolvem deficiências na pós-graduação ao longo dos anos.

Quadro 1 - Lista dos textos que compuseram a análise

Periódico da CAPES				
Ano	Autores	Tipo de Pesquisa	Técnicas/Instrumentos	Lócus da Pesquisa
2016	Branco e Leite	Qualitativa	Entrevistas semiestruturadas	Diversas universidades federais
2019	Pereira e Rocha Neto ³	Exploratória	Dados secundários e questionários	Diversas universidades federais
2022	Amparo <i>et al.</i>	Mista	Análise documental e questionários	Diversas universidades federais
2022	Andrade <i>et al.</i>	Qualitativa	Grupos focais	Diversas universidades federais
2022	Dias, Pacheco e Mendes	Documental	Análise documental	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Nordeste
2024	Bergamaschi e Calazans	Documental	Análise documental e questionários	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Região Sul
Connected Papers				
Ano	Autores	Tipo de Pesquisa	Técnicas/Instrumentos	Lócus da Pesquisa
2011	Marrara e Gasiola	Ensaio teórico	Análise de 3 Programas de Pós-Graduação	Diversas universidades federais
2020	Venturini e Feres Júnior	Análise documental	Análise documentos e resoluções	Diversas universidades federais
2021	Godoi e Silva	Pesquisa qualiquantitativa	Análise de editais	Diversas universidades federais
2022	Silva e Neto, Peralta e Gonçalves	Pesquisa qualitativa	Análise de editais	Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Sudeste
SciELO				
Ano	Autores	Tipo de Pesquisa	Técnicas/Instrumentos	Lócus da Pesquisa
2019	Branco e Almeida	Pesquisa Exploratória	Escala de Satisfação e Atitudes de Pessoas com Deficiência (ESA)	6 Universidades (Federais e Estadual) de São Paulo - Sudeste

Fonte: Organizado pelas Autoras (2024), com base na Revisão Sistemática da Literatura.

Podemos notar que quanto ao tipo de pesquisa três delas são qualitativas (Andrade et al., 2022; Branco; Leite, 2016; Silva e Neto; Peralta; Gonçalves, 2022). Três são documentais (Bergamaschi; Calazans, 2024; Dias; Pacheco; Mendes, 2022; Venturini e Feres Júnior, 2020). Duas são mistas (Amparo et al., 2022; Godoi e Silva, 2021). Duas são exploratórias (Branco; Almeida, 2019; Pereira; Rocha Neto, 2019) e outra é denominada pelos autores como “ensaio teórico” (Marrara; Gasiola, 2011).

Quanto às técnicas e instrumentos analisados, seis lançaram mão de análises de documentos (Amparo et al., 2022; Bergamaschi; Calazans, 2024; Dias; Pacheco; Mendes, 2022; Godoi e Silva, 2021; Silva Neto; Peralta; Gonçalves, 2022; Venturini e Feres Júnior, 2020). Três aplicaram questionários (Amparo et al., 2022; Bergamaschi; Calazans, 2024; Pereira; Rocha Neto, 2019). Duas analisaram programas de pós-graduação específicos (Marrara; Gasiola, 2011; Peralta e Gonçalves, 2022). Apenas uma fez uso de entrevistas com pessoas com

³ A Dissertação de Fabiana Santos Pereira (2019) também foi analisada em nossa Revisão de Dissertações e Teses.

deficiência (Branco; Leite, 2016), uma realizou grupos focais (Andrade et al., 2022) e outra aplicou a Escala de Satisfação e Atitudes de Pessoas com Deficiência (ESA) (Branco; Almeida, 2019). Nota-se uma proeminência da análise de documentos, sobretudo editais, como técnica mais utilizada, seguida da aplicação de questionários.

Em relação ao lócus da pesquisa, temos aquelas pesquisas (7) que abrangeram universidades de várias regiões (Amparo et al., 2022; Andrade et al., 2022; Branco; Leite, 2016; Godoi e Silva, 2021; Marrara; Gasiola, 2011; Pereira; Rocha Neto, 2019; Venturini e Feres Júnior, 2020). Outras quatro pesquisas focam na Região Nordeste (Dias; Pacheco; Mendes, 2022); na Região Sul (Bergamaschi; Calazans, 2024); na Região Sudeste (Branco; Almeida, 2019; Silva e Neto; Peralta e Gonçalves, 2022). Esses dados demonstram uma diversidade de tipo de pesquisa, de técnicas e a amplitude de investigações sobre deficiência na pós-graduação, em âmbito nacional.

A concentração de pesquisa no Sudeste do Brasil pode ter vários fatores como maior presença de grandes Centros Universitários; região populosa e economicamente mais desenvolvida; maior infraestrutura de pesquisa; mais políticas públicas de incentivo à pesquisa; proximidade geográfica e a densidade de instituições de ensino superior que facilitam a formação de redes de colaboração entre pesquisadores, dentre outros. Apenas um dos 11 artigos abrange o Centro-Oeste brasileiro (Venturini e Feres Júnior, 2020), demonstrando uma lacuna de pesquisas nessa região, com a temática sobre estudantes com deficiência na pós-graduação.

Resumo dos artigos selecionados

Marrara e Gasiola (2011), autores da área do Direito, texto publicado na revista *Inclusão Social*, discorreram sobre a “Diversidade na pós-graduação”. O artigo é anterior às leis de cotas para o ensino superior, então, os autores reforçam a necessidade de implantação dessa política. A pesquisa se deu em duas universidades federais: Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e uma estadual Universidade de São Paulo (USP), na área de direitos humanos. Tiveram como objetivo analisar, discutir e propor soluções para questões relacionadas à exclusão social e avaliar a implementação de ações afirmativas e sua relação com a diversidade e o desenvolvimento social.

Branco e Leite (2016), publicado na revista *Psicologia da Educação*, discutem sobre “Condições de Acessibilidade na Pós-Graduação”. Realizaram uma pesquisa qualitativa (recorte de uma pesquisa maior) com o objetivo de “analisar como estudantes com deficiência que acessaram curso de pós-graduação *stricto sensu* identificam os suportes e as barreiras referentes à acessibilidade em suas unidades universitárias” (p. 37). Realizaram entrevistas com

cinco estudantes do curso de pós-graduação *stricto sensu* de diferentes unidades universitárias do Estado de São Paulo de modo a compreender os impactos e desafios das políticas de ações afirmativas na democratização do acesso ao ensino superior.

Pereira e Rocha Neto (2019), publicado na Revista Educação Artes e Inclusão, tiveram como intenção descrever “Quem São os Discentes da Pós-Graduação no Brasil”. Trata-se de um estudo exploratório qualiquantitativo em que coletaram dados por meio de questionários aplicados via Plataforma Sucupira. O objetivo principal foi identificar o perfil dos discentes da pós-graduação e avaliar a eficácia das políticas de inclusão de negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Branco e Almeida (2019), publicado na revista Avaliação, abordaram sobre a “Satisfação dos estudantes com deficiência em quatro universidades públicas do estado de São Paulo”. Trata-se de uma Pesquisa Exploratório de cunho qualiquantitativo realizada pela Escala de Satisfação e Atitudes de Pessoas com Deficiência (ESA) aplicada com estudantes de pós-graduação *stricto sensu* em Educação ou Educação Especial, autodeclarados com deficiência. Objetivaram avaliar os níveis de satisfação, expectativas antes e depois de entrarem na pós-graduação e verificar as atitudes dos estudantes com deficiência diante das condições de acessibilidade oferecidas nas Instituições de Ensino Superior (IES) frequentadas.

Venturini e Feres Júnior (2020), publicado na revista Cadernos de Pesquisa, tem como temática a “Política de ação afirmativa na pós-graduação”. Trata-se de uma pesquisa documental realizada por meio de análise de documentos de 737 programas que criaram ações afirmativas. Teve como objetivo traçar um panorama das ações afirmativas instituídas na pós-graduação de universidades públicas, entre 2002 e 2018, identificando características gerais das políticas, modalidades adotadas, principais beneficiários e perfil dos programas.

Godoi e Silva (2021), publicado na Revista de Direito, aborda sobre as ações afirmativas na pós-graduação, em programas da área do Direito. Trata-se de uma pesquisa documental, de cunho qualiquantitativa que contou com análises de editais e documentos oficiais. Teve como objetivo avaliar a implementação das ações afirmativas, em processos seletivos, na pós-graduação *stricto sensu*, identificando características gerais, beneficiários e resultados.

Amparo et al. (2022), publicado na revista Cadernos de Campo, tem como temática os avanços e desafios da inclusão na pós-graduação, na área da Antropologia. Investigam sobre a forma como discentes e docentes têm encarado a política de ações afirmativas na Universidade de São Paulo. Realizaram uma pesquisa mista, combinando análise documental e questionários aplicados a

82 alunos e 16 docentes de pós-graduação. O objetivo foi mapear os desafios enfrentados pelos estudantes cotistas e propor melhorias nas políticas de inclusão na pós-graduação.

Andrade et al. (2022), publicado na Revista Educação e Políticas em Debate, tem como temática as ações afirmativas em um Programa de Pós-graduação em Ensino. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou reuniões de grupos focais com educadores dando origem à “Comissão para inserção do Programa de Cotas no edital de seleção”, em 2020. O estudo teve como objetivo principal apresentar um conjunto de recomendações que podem ajudar no amadurecimento dessa discussão no próprio programa e para além dele.

Dias, Pacheco e Mendes (2022), publicado na revista Perspectiva Filosófica, tem como temática "Ações Afirmativas na Pós-Graduação em Filosofia". Esta pesquisa documental analisou, a implementação e os resultados de um novo modelo de concessão de bolsas no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Apesar de analisar jurisprudências e focar mais na mulher, o estudo objetivou promover a diversidade étnico-cultural e socioeconômica entre os discentes, utilizando critérios de média ponderada para a alocação de bolsas.

Silva e Neto, Peralta e Gonçalves (2022), publicado na Revista de Educação PUC-Campinas, lançaram mão de “um olhar crítico para programas das áreas de ensino e educação”. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, com pressupostos de pesquisa documental. Analisaram 11 editais de seleção para ingresso entre os anos de 2022 e 2023 da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Objetivaram apresentar um panorama das ações afirmativas durante os processos seletivos e avaliar o nível de inclusão proporcionado por essas políticas identificando mecanismos de exclusão.

Bergamschi e Calazans (2024), publicado na revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, tem como temática as "Ações Afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul", entre 2017 e 2022. A pesquisa utilizou análise documental e questionários aplicados aos egressos (sendo 17 respondentes e dentre eles 1 mulher surda, a única com deficiência) do programa com o objetivo foi evidenciar os movimentos que constituem as ações afirmativas, considerando os processos seletivos, a permanência e o impacto da formação dos primeiros ingressantes.

Análise dos resultados das pesquisas

Para realizar uma análise abrangente e comparativa dos artigos científicos, separamos os 11 artigos por semelhanças e distinções entre os resultados encontrados nas pesquisas. Os textos focam principalmente nas ações afirmativas na pós-graduação no Brasil, abordando

diferentes aspectos e perspectivas. Os principais eixos temáticos identificados incluem: a) Sobre os Estudantes, b) Implementação das Ações Afirmativas, c) Impacto Socioeconômico e diversidade étnico-cultural, d) Desafios e Limitações e, e) Perspectivas Futuras.

Sobre os Estudantes

Todos os 11 artigos estudos analisam o perfil dos estudantes beneficiados pelas ações afirmativas, destacando que a maioria são de minorias raciais, como negros, pardos e indígenas, pessoas com deficiência ou aqueles que provêm de escolas públicas. Há uma ênfase na diversidade socioeconômica dos estudantes, mostrando que muitos vêm de famílias com baixa renda.

As pessoas com deficiência são citadas em todos os textos quando se fala de cotas de um modo geral, mas as pesquisas que focam especificamente nelas são em número bem menor, especificamente duas (Bergamschi; Calazans, 2024; Branco; Almeida, 2019; Branco; Leite, 2016). No primeiro texto citado, as autoras aplicaram um questionário aos egressos cotistas e dentre eles havia uma (1) estudante surda; no segundo, as autoras realizaram entrevistas com cinco estudantes com deficiência; no terceiro, as autoras aplicaram um questionário de satisfação à nove participantes com deficiência. Entretanto, nota-se que a maioria das pesquisas visavam analisar as ações afirmativas amplamente, apenas uma focou especificamente na mulher (Dias; Pacheco; Mendes, 2022).

O artigo de Amparo et al. (2022) ressalta que uma significativa parcela dos optantes por ações afirmativas nunca pagou por educação, reforçando a predominância de alunos de baixa renda. Bergamaschi e Calazans (2024) enfatizam a inclusão de grupos como travestis e transexuais, ampliando a definição de diversidade para além dos critérios raciais e socioeconômicos.

A falta de estudantes na pós-graduação, oriundos das minorias, relaciona-se a uma série de fatores históricos, econômicos e sociais (Pereira e Rocha Neto, 2019). Marrara e Gasiola (2011) acreditam que os estudantes com deficiência não chegam à pós-graduação devido à “reduzida qualidade da educação Básica oferecida pelo Estado” (p. 23). Os processos seletivos são elitistas, meritocráticos, baseados somente em atributos intelectuais e a maioria das cotas são para “pretos, pardos e indígenas” (Veturini e Feres Júnior, 2020).

Em relação às pessoas com deficiência na pós-graduação há em comum nos artigos a identificação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais. Há a satisfação com algumas iniciativas de acessibilidade, mas o reconhecimento de lacunas significativas. Além disso, a necessidade de políticas mais robustas e específicas para garantir a inclusão plena desses estudantes, como indicam (Branco e Leite, 2016).

Os estudos analisados evidenciam a complexidade e a diversidade dos perfis dos estudantes beneficiados pelas ações afirmativas nos programas de pós-graduação. Observa-se que, embora a maioria dos beneficiados pertença a minorias raciais e socioeconômicas, há uma carência de pesquisas que enfoquem exclusivamente em grupos específicos, como pessoas com deficiência. As barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência, tanto físicas quanto pedagógicas e atitudinais, apontam para a urgência de políticas mais inclusivas e abrangentes nessa área.

Implementação das Ações Afirmativas

A implementação das ações afirmativas é geralmente descrita como um processo que envolve políticas institucionais e regulamentações específicas. Todos os artigos concordam que a introdução das ações afirmativas foi um passo significativo para a democratização do acesso ao ensino superior e à pós-graduação.

Há quatro formas de implementação das ações afirmativas: a) a universidade e os programas criam juntos; b) o programa cria sozinho; c) o programa cria por iniciativa e órgãos externos; d) o Conselho Universitário válido para todos os cursos de pós-graduação da universidade (Venturini; Feres Júnior, 2020).

As universidades federais adotam mais ações afirmativas do que as demais (Venturini; Feres Júnior, 2020; Godoi; Silva, 2021). Esses mesmos autores, focam na análise dos editais de seleção, destacando como as universidades públicas implementaram as ações afirmativas de maneiras diversas, com algumas tendo maior progresso que outras. Godoi e Silva (2021), no entanto, destacam que, enquanto a maioria das instituições públicas adotaram ações afirmativas, há uma significativa resistência entre as instituições privadas de implementar tais políticas.

Algumas medidas são sugeridas para o processo seletivo adequado às ações afirmativas como: banca especial, leitor de prova, material em braile e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras); campo específico no formulário de inscrição onde se pode descrever suas necessidades específicas para o processo seletivo (Branco e Leite, 2016). Pereira e Rocha Neto (2019) focam na importância de um questionário socioeconômico preenchido pelo próprio candidato/pós-graduando tanto para preparar a instituição para o processo seletivo, quanto para autoavaliar se as ações têm surtido o efeito almejado.

A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), no contexto universitário, pode ser concebida como um facilitador para a remoção de barreiras metodológicas e comunicacionais (Branco; Almeida, 2019; Branco; Leite, 2016). A revisão dos critérios para concessão de bolsas no Programa, em função do ingresso via cotas, é uma constância nos textos analisados (Andrade et al., 2022; Dias; Pacheco; Mendes, 2022). Mais

recente, na pesquisa de Bergamschi e Calazans (2024) todos os ingressantes nas vagas reservadas foram contemplados com bolsas.

Nota-se nos artigos analisados um reconhecimento de avanços nas políticas de ações afirmativas. Identificamos práticas bem-sucedidas e áreas que ainda precisam de melhorias. Há, segundo Silva e Neto, Peralta e Gonçalves (2022), a constante recomendação de maior investimento em formação e sensibilização da comunidade acadêmica.

Impacto Socioeconômico e diversidade étnico-cultural

Os impactos das ações afirmativas são descritos como positivos, aumentando a diversidade racial e socioeconômica nos programas de pós-graduação. Há autores que são cuidadosos e afirmam que “ainda não existe consenso acerca da definição de impacto social e que a análise desse impacto requer diferentes tipos de dados e fontes de informação” (Pereira; Rocha Neto, 2019, p. 121).

Os estudos mostram que as ações afirmativas ajudaram a reduzir as barreiras de acesso para estudantes de minorias, e isso inclui as pessoas com deficiência, proporcionando-lhes maior igualdade de oportunidades, bem como avanço acadêmico e profissional. O sistema de educação, sem a aplicação de ações afirmativas, pode na verdade assegurar a perpetuação do privilégio de uma elite historicamente privilegiada, sendo elas, portanto, subsídios necessários para que as minorias concorram de igual para igual com os demais (Dias; Pacheco; Mendes, 2022).

As ações afirmativas têm o poder de provocar a transformação das instituições de ensino, contribuir com a formação de novos cidadãos e líderes, estimular a produção de pesquisas responsivas (Marrara; Gasiola, 2011). Esse impacto nas pesquisas é citado por Bergamschi e Calazans (2024) quando as autoras afirmam que as pesquisas dos egressos cotistas foram majoritariamente associadas às suas trajetórias de vida e que alguns deles, inclusive, trataram da própria militância intelectual e social. Por isso, Silva e Neto, Peralta e Gonçalves (2022) propõem que as injustiças sociais se tornem pauta de discussões permanentes no ambiente acadêmico.

Dias, Pacheco e Mendes (2022) discutem especificamente sobre o impacto das ações afirmativas na concessão de bolsas de estudo, mostrando que os critérios socioeconômicos têm sido cada dia mais efetivos na distribuição equitativa das bolsas. Marrara e Gasiola (2011) abordam como as ações afirmativas podem aumentar a legitimidade das instituições de ensino ao promover a diversidade, o que pode resultar em um desenvolvimento social mais inclusivo. As ações afirmativas promovidas principalmente por universidades federais têm como objetivo facilitar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior. O aumento dessa temática voltada para a pós-graduação stricto sensu tem tido um aumento progressivo, mas ao mesmo tempo lento. Branco e Leite (2016) entendem que embora o foco principal de

sua pesquisa sejam as pessoas com deficiência, sua inclusão contribui para a diversidade dentro das instituições educacionais.

Para além da inclusão dentro do ambiente das instituições de ensino superior, Bergamschi e Calazans (2024) apresentam que a conclusão do mestrado possibilitou aos cotistas uma ascensão no mercado de trabalho. Venturini e Feres Júnior (2020) defendem que o reconhecimento do problema e a disposição para experimentar soluções vão além dos muros da universidade, penetram o sistema político. Já Dias, Pacheco e Mendes (2022) entendem que a aplicação de critérios socioeconômicos nos processos seletivos e na distribuição de bolsas reduz as desigualdades sociais.

Os estudos e autores aqui referenciados destacam que, embora ainda haja um caminho a percorrer para alcançar um consenso sobre o impacto social dessas políticas, os benefícios são evidentes. A inclusão de estudantes de minorias, pessoas com deficiência e grupos socioeconomicamente desfavorecidos não apenas democratiza o acesso à pós-graduação, mas também enriquece o ambiente acadêmico com diferentes perspectivas e experiências de vida. Essa diversidade tem o potencial de transformar as instituições de ensino, estimulando a produção de pesquisas mais inclusivas e responsivas às demandas sociais.

Desafios e Limitações

Os artigos analisados reconhecem a existência de desafios na implementação das ações afirmativas, incluindo resistências políticas e institucionais, bem como limitações na disponibilidade de recursos financeiros. Há uma menção comum à necessidade de políticas de acompanhamento e avaliação contínua para garantir a eficácia das ações afirmativas.

As ações docentes são citadas por alguns autores como um desafio. Branco e Almeida (2019) falam do despreparo de alguns funcionários (professores) para lidar com questões relacionadas às deficiências. Para Marrara e Gasiola (2011) e Branco e Leite (2016) os professores devem rever suas metodologias e adequá-las à diversidade. É também necessário discutir e implementar reformas acadêmicas e pedagógicas (Godoi; Silva, 2021) e que o docente esteja atento às tecnologias para utilizá-las em salas de aula (Branco; Almeida, 2019; Branco; Leite, 2016).

Bergamaschi e Calazans (2024) ressaltam a importância de uma abordagem interseccional, que considere não apenas a raça, a classe ou a deficiência, mas também gênero e orientação sexual, para combater o racismo estrutural e a colonialidade do saber. Andrade et al. (2022) apontam que a falta de uma quantidade suficiente de bolsas de estudo ainda é um problema significativo, limitando o impacto potencial das ações afirmativas, já que as pessoas que ingressam por cotas partem de uma situação socioeconômica vulnerável.

Não há uma cobrança ou um controle da CAPES ou do MEC sobre a adoção dessas iniciativas, deixando a cargo dos dirigentes da IES tal implementação. Por isso, há a discussão de meios de manter o registro dos cotistas e de suas situações socioeconômicas e de realizar uma avaliação contínua dos processos de inclusão nos programas de pós-graduação (Amparo et al., 2022; Godoi; Silva, 2021; Pereira; Rocha Neto, 2019). Isso evitaria o que Venturini e Feres Júnior (2020) e Silva e Neto, Peralta e Gonçalves (2022) denunciam sobre os programas com notas mais altas na CAPES serem os que menos promovem ações afirmativas, isso para que sua nota não tenha uma queda.

É preciso, melhorar a comunicação, durante e depois do processo seletivo e promover políticas de acolhimento (Amparo et al., 2022). Os autores citam o programa “Prepara-PPGAS” como uma das possibilidades de acolhimento e comunicação. Criado por discentes voluntários, é um curso preparatório *on-line* voltado para pessoas pretas, pardas, indígenas, trans e com deficiência que pretendiam prestar o processo seletivo. Andrade et al. (2022) falam da “Comissão para Inserção do Programa de Cotas no Edital de Seleção” criada na universidade investigada. E Bergamschi e Calazans (2024) relataram a realização de um “Seminário de Divulgação do Edital” idealizado pela Comissão de Acompanhamento das Ações Afirmativas para divulgar, apresentar e tirar dúvidas em relação ao processo seletivo.

Godoi e Silva (2021) denunciam que em alguns editais, as cotas não preenchidas foram utilizadas para o sistema de seleção em livre concorrência. Entretanto, entendemos que os trabalhos a partir de 2023 passem a discutir essa distribuição de uma outra maneira, já que a Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, estabelece que no caso de não preenchimento das vagas, as remanescentes deverão ser destinadas, primeiramente, “[...] a autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas ou a pessoas com deficiência e, posteriormente, completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública” (Brasil, 2023, Art. 3º, § 1º).

Notadamente os desafios e limitações das ações afirmativas em programas de pós-graduação são diversos e complexos, envolvendo tanto barreiras institucionais e políticas quanto questões pedagógicas e de recursos. Quando se trata de pessoas com deficiência o que se nota na literatura analisada é que há ainda uma grande limitação na oferta de cotas, bem como de meios para proporcionar o acesso. Além disso, os artigos apresentam que há um número reduzido de estudantes com deficiência matriculados em programas de pós-graduação e que é um grande desafio promover ações de permanência para aqueles que já ingressaram.

Perspectivas Futuras

Os artigos se assemelham quando destacam a importância de continuar expandindo e aperfeiçoando as ações afirmativas para promover uma maior democratização e inclusão na pós-

graduação. Há, também, um consenso entre os textos analisados sobre a necessidade de políticas públicas robustas que sustentem e ampliem as ações afirmativas nos programas de pós-graduação.

Amparo et al. (2022) sugerem que a pesquisa contínua e a coleta de dados sobre o impacto das ações afirmativas são essenciais para entender melhor suas efetividades e desafios. Pereira e Rocha Neto (2019) enfatizam que, para superar as resistências institucionais, é fundamental promover uma mudança cultural dentro das universidades, valorizando a diversidade como um componente essencial da excelência acadêmica.

A necessidade de aprimoramento das universidades em relação às suas infraestruturas físicas, tecnológicas e pedagógicas para garantir que todos os alunos tenham acesso equitativo é citada por Branco e Leite (2016). As autoras também entendem que é preciso aumentar a sensibilização e capacitação de professores e funcionários universitários para lidar com as necessidades específicas dos estudantes com deficiência, promovendo um ambiente mais inclusivo e compreensivo.

Silva e Neto, Peralta e Gonçalves (2022) são a favor da avaliação e do monitoramento contínuo. Sugerem a implementação de sistemas de avaliação e monitoramento das ações afirmativas para medir sua eficácia e identificar áreas que precisam de ajustes ou melhorias. Além disso, propõem a criação de parcerias entre universidades, governos e organizações da sociedade civil para promover a inclusão e a diversidade na pós-graduação de maneira mais eficaz e coordenada.

Marrara e Gasiola (2011) entendem as ações afirmativas como um mecanismo direto contra a exclusão social, já que por muito tempo esses mesmos grupos marginalizados perpassaram por distorções sociais causadas por discriminações passadas. Elas criam novos desafios, estimulam a revisão de padrões de comportamento, proporcionam alterações de regras e colocam em evidência grupos marginalizados. Os autores utilizam o termo “discriminação positiva” (p. 29) para se referir a essas ações diferentes para promover a inclusão no ambiente acadêmico.

Citamos como perspectiva futura ações como a citada por Branco e Almeida (2019) em que um dos programas de pós-graduação disponibilizou o revezamento de quatro intérpretes de Libras para atender uma estudante surda ao longo do mestrado. Em contrapartida Bergamschi e Calazans (2024), relatam a ausência de intérprete de Libras, fato que excluiu uma estudante surda de muitas atividades acadêmicas ao longo do seu mestrado.

Finalizamos com a perspectiva de que futuramente haja concursos públicos que apliquem os mesmos critérios que estão sendo discutidos hoje na pós-graduação. Amparo et al. (2022) e Bergamschi e Calazans (2024) acreditam que a presença desse professor pertencente à minoria pode fornecer a diversidade e contribuir para mudanças de pensamento

e comportamento. As ações afirmativas se demonstram fundamentais para a diminuição das desigualdades sociais, econômicas e regionais, indispensáveis para um verdadeiro Estado de direito democrático social.

Entendemos que a presença de um professor com deficiência, por exemplo, na pós-graduação pode contribuir significativamente para o ambiente acadêmico de diversas maneiras. Primeiramente, serve como um poderoso exemplo de superação e inclusão, mostrando que pessoas com deficiência podem ocupar posições de destaque e serem bem-sucedidas em suas carreiras acadêmicas. Pode trazer uma perspectiva única e valiosa para a sala de aula e para a comunidade acadêmica em geral. Pode fomentar um ambiente mais inclusivo e acessível identificando falhas, sugerindo melhorias, implementando políticas e propondo pesquisas. Por fim, pode promover uma mudança cultural na universidade, uma vez que suas perspectivas podem ajudar a superar resistências institucionais e proporcionar um ambiente acadêmico mais justo e igualitário para todos.

As perspectivas futuras apontam para a necessidade de políticas públicas robustas, avaliações constantes e a criação de parcerias estratégicas para garantir a eficácia dessas ações. A sensibilização e capacitação de toda a comunidade universitária, bem como a adequação das infraestruturas, são elementos fundamentais para o sucesso das ações afirmativas. Assim, a busca por uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática deve ser incessante, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas origens, tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e profissional.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo investigar a inclusão de estudantes com deficiência nos programas de pós-graduação no Brasil, buscando entender as práticas de ações afirmativas e suas implicações. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que as ações afirmativas têm contribuído significativamente para a democratização do acesso à pós-graduação, embora ainda existam desafios consideráveis na implementação dessas políticas.

A questão norteadora foi: "O que os artigos encontrados discorrem a respeito do ingresso e permanência de pessoas com deficiência nos mestrados e doutorados?". Os resultados revelaram que, embora haja um crescimento na inclusão de estudantes com deficiência na pós-graduação, a efetividade dessas ações varia amplamente entre as instituições. Os principais obstáculos incluem a falta de recursos, infraestrutura inadequada e barreiras atitudinais. Os estudos analisados destacam a necessidade de políticas mais abrangentes e específicas para atender às demandas dessa população, enfatizando a importância de um

ambiente inclusivo que vá além do acesso, garantindo também a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes.

No entanto, este estudo possui algumas limitações. A revisão se restringiu a artigos publicados em plataformas específicas e focados em universidades brasileiras, o que pode não refletir a totalidade das experiências e práticas em outras regiões ou contextos. Ademais, a literatura sobre a inclusão de estudantes com deficiência na pós-graduação ainda é relativamente escassa, indicando a necessidade ampliação das pesquisas. Recomendamos que estudos futuros explorem não apenas a efetividade das políticas de inclusão, mas também as experiências individuais dos estudantes, contribuindo para uma compreensão mais profunda e abrangente.

As contribuições deste trabalho são significativas tanto para a academia quanto para a formulação de políticas públicas. Ao destacar os avanços e desafios das ações afirmativas na pós-graduação, este estudo oferece uma base para a reflexão e melhoria contínua das práticas inclusivas. A conscientização sobre a importância da inclusão de pessoas com deficiência em níveis mais altos de educação pode fomentar um ambiente acadêmico mais diverso e equitativo, promovendo a igualdade de oportunidades para todos.

Em conclusão, a inclusão de estudantes com deficiência na pós-graduação é um passo crucial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este estudo reforça a importância das ações afirmativas e aponta para a necessidade de um compromisso contínuo e integrado entre instituições de ensino, formuladores de políticas e a sociedade em geral para garantir que todos os indivíduos tenham acesso pleno e equitativo a níveis mais altos de escolaridade.

Referências

ALHOJAILAN, M. I. Thematic Analysis: a critical review of its process and evaluation. *West East Journal of Social Sciences*, v. 1, n. 1, p. 39-47, 2012.

AMPARO, A. G. J. *et al.* Avanços e desafios do primeiro quinquênio das Ações Afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 31, n. 2, p.1-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe206190>.

ANDRADE, F. M. R. *et al.* Ações afirmativas no Ensino Superior: o caso do Programa de Pós-graduação em Ensino, da Universidade Federal Fluminense. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 11, n. 1, p. 122-141, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/repod-v11n1a2022-64905>.

BERGAMASCHI, M. A.; CALAZANS, M. E. Ações Afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 32, n. 14, p. 01-22, mar. 2024. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.32.8219>.

BRANCO, A. P. S. C.; LEITE, L. P. Condições de Acessibilidade na Pós-Graduação: um estudo com estudantes de universidade pública. *Psicologia da Educação*, São Paulo, 43, p. 35-45, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5935/2175-3520.20160004>.

BRANCO, A. P. S. C.; ALMEIDA, M. A. Avaliação da satisfação de estudantes público-alvo da educação inclusiva em cursos de pós-graduação de universidades públicas. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 1, p. 45-67, mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000100004>.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016*. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1. Acesso em: 14. jun. 2024.

BRASIL. *Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023*. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm#art2. Acesso em: 14 jun. 2024.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (org.). *Métodos de Pesquisa: manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso, 2014.

DIAS, M. C. L. C.; PACHECO, T.; MENDES, A. C. Ações Afirmativas na Pós-Graduação em Filosofia: modelo de concessão de bolsas de estudos de mestrado e doutorado do PPGFIL/UFRN. *Perspectiva Filosófica*, v. 49, n. 3, p. 376-406, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2022.252595>.

GODOI, M. S.; SILVA, G. V. L. Ações Afirmativas na Pós-Graduação: o quadro atual nos programas da área do direito. *Revista de Direito*, Viçosa, v.13, n.02, p. 01-29, 2021. DOI: <https://doi.org/10.32361/2021130212004>.

MARRARA, T.; GASIOLA, G. G. Ações afirmativas e diversidade na pós-graduação. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p.20-31, jul./dez. 2011.

PEREIRA, F. S.; ROCHA NETO, I. Ações Afirmativas: quem são os discentes da pós-graduação no Brasil? *Revista Educação Artes e Inclusão*, v. 15. n. 4, p. 105-127, out./dez. 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.5965/1984317815042019105>.

SILVA E NETO, J.; PERALTA, D. A.; GONÇALVES, H. J. L. Ações afirmativas na pós-graduação: um olhar crítico para programas das áreas de ensino e educação. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 27, p. 1-20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v27e2022a6512>.

SOUZA, L. T. *Educação de pessoas com deficiência como direito humano: condições de acesso e permanência nos programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba*. Orientador: Timothy Denis Ireland. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Direito Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2020.

VENTURINI, A. C.; FERES JÚNIOR, J. Política de Ação Afirmativa na Pós-Graduação: o caso das universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 882-909, jul./set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053147491>.